

Senadores defendem mais e melhores ferrovias 8



Mirica Kalume/Agência Senado

Rodrigo Vilaça (ANTF), Noboru Ofugi (ANTT), Blairo Maggi, Lúcia Vânia (presidente da CI) e Luis Baldez (Anut): debate aponta falta de coordenação no setor

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.661 – Brasília, sexta-feira, 18 de maio de 2012



CPI quebra sigilos de grupo de Cachoeira e da Delta regional

Dados bancários, fiscais e telefônicos de Cláudio Abreu e Dadá serão investigados, mas abrangência apenas à filial Centro-Oeste da empreiteira motivou críticas da oposição

A ausência do ex-sócio da Delta Fernando Cavendish entre as pessoas que terão os dados revelados também motivou protestos. Ao todo, foram aprovados ontem 37 requerimentos de quebra de sigilo de pessoas físicas e jurídicas e 51 convocações para depoimento. Também serão quebrados os sigilos de Giovani Pereira da Silva — apontado como responsável pela movimentação

do dinheiro da organização de Cachoeira — e das empresas (de fachada, segundo a PF) Brava Construções e Alberto & Pantoja. Entre os depoimentos aprovados, estão o do ex-chefe de gabinete do governo do DF Cláudio Monteiro e os da ex-mulher, do pai, do ex-cunhado, de um sobrinho e de um irmão de Cachoeira. A CPI volta a se reunir na terça-feira, quando o contraventor será ouvido. 3



José Cruz/Agência Senado

CPI mista aprovou ontem 37 requerimentos de quebra de sigilo de pessoas físicas e jurídicas e 51 de depoimentos

Senadores pedem medidas contra prejuízos do clima à lavoura 6

Professor propõe nova economia para preservar o meio ambiente 6

Ex-delegado do Dops se diz ameaçado e falta a audiência 7

Embaixadores na Noruega e Nicarágua

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem os nomes indicados pelo governo federal para representar o país na

Noruega (Flávio Helmold Macieira) e na Nicarágua (Luiz Felipe Mendonça Filho), além de dois projetos de lei. 2

Flávio Macieira e Luiz Felipe Mendonça Filho durante sabatina presidida por Francisco Dornelles (C), ao lado de Antonio Carlos Valadares (em pé)



Geraldo Magela/Agência Senado



Geraldo Magela/Agência Senado

Wellington e Paim na CDH, que ontem aprovou diversos projetos

Projetos que beneficiam deficientes são aprovados

Oferecer ou vender bebida a menor pode virar crime

4 e 5

Senadores da Comissão de Relações Exteriores aceitaram nomes indicados para assumir embaixadas brasileiras nos dois países; embaixadores ainda precisam ser aprovados pelo Plenário do Senado

Comissão aprova indicados para Noruega e Nicarágua

A COMISSÃO DE Relações Exteriores aprovou as indicações dos novos embaixadores brasileiros na Noruega, país com o mais elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, e na Nicarágua, segundo país mais pobre das Américas e detentor do 115º IDH do planeta.

As indicações ainda precisam ser aprovadas pelo Plenário.

Para a Nicarágua, foi indicado Luiz Felipe Mendonça Filho. Ele hoje é embaixador em El Salvador. O relator da indicação foi Anibal Diniz (PT-AC).

Aos senadores, Mendonça Filho informou que a Nicarágua tem 48% da população abaixo da linha da pobreza. Apesar disso, os índices de violência são os mais baixos da América Central.

Nas relações com o Brasil, ele citou o projeto de construção, pela empresa Queiroz Galvão, da Hidrelétrica de Tumarín, que será a maior do país.

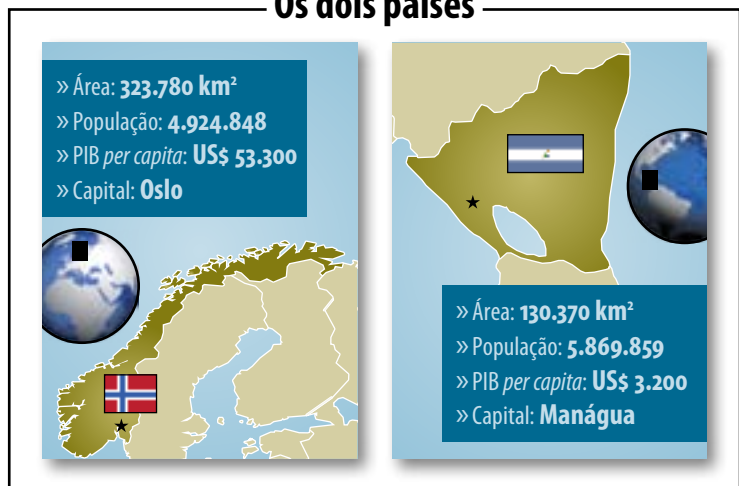
Segundo Mendonça Filho, “falta pouco para se concretizar o primeiro grande projeto de exportação de serviços de engenharia” do Brasil para a Nicarágua, avaliado em US\$ 1,1 bilhão. O projeto envolve investimento da Eletrobras e financiamento do BNDES.

O atual embaixador da Nicarágua, Flávio Helmold Macieira, por sua vez, foi indicado



O senador Francisco Dornelles fala, entre Flávio Macieira e Luiz Mendonça Filho

Os dois países



para a Noruega — representando o Brasil também na Islândia. O relator da indicação é Paulo Bauer (PSDB-SC).

Aos senadores, Macieira lembrou que o governo norueguês decidiu investir US\$ 1 bilhão até 2015 no Fundo Amazônia, de proteção da floresta brasileira.

A experiência norueguesa serviu de exemplo para o Brasil na elaboração do Fundo Social

do Pré-Sal, que vai gerir recursos obtidos com exploração de petróleo em águas profundas. Na opinião do embaixador, o fundo norueguês segue a “lógica de que gerações futuras devem usufruir a mesma riqueza das atuais”.

Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou o fundo criado pela Noruega e disse temer que o Brasil “desperdice os royalties do petróleo”.

Permissão de porte de arma fora do serviço pode ser ampliada

Os agentes e guardas prisionais, os integrantes de escoltas de presos e as guardas portuárias poderão vir a ter o direito de portar armas de fogo fora do serviço. É o que prevê projeto (PLC 87/11) aprovado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A proposta ainda será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Relator da matéria, Francisco Dornelles (PP-RJ) deu parecer favorável ao PLC 87/11 e contrário ao PLS 329/11, que tramitava em conjunto.

Acatados textos de cinco acordos assinados pelo Brasil

A adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação da Associação de Nações do Sudeste Asiático foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O projeto de decreto legislativo (PDS 122/12) que estabelece a ratificação do acordo foi relatado por Ana Amélia (PP-RS) e vai a Plenário. A comissão aprovou também projetos (PDS 63/12 e PDS 68/12) com acordos firmados com a Romênia e a Libéria, respectivamente, e com a Ucrânia (PDS 69/12) e a Suíça (PDS 70/12).



O diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita (2º à dir.), recebeu ontem o padre Antonio Spadaro (C), diretor da revista *La Civiltà Cattolica*, do Vaticano. Spadaro veio conhecer os veículos de comunicação da Casa. Acompanharam a visita o ministro Carlos Mathias (E), vice-reitor da Universidade do Legislativo; a irmã Élide Fogolari (D), assessora de comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; e os professores Sergio Ferrari e Shirley Valadares (E), da Universidade Católica de Brasília.

Proposta de Aloysio amplia direitos dos estrangeiros

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defendeu ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 25/12), de sua autoria que estende a todos os estrangeiros no país, residentes ou não, os direitos previstos no artigo 5º da Constituição, como a igualdade perante a lei e a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

A proposta também garante aos estrangeiros residentes no Brasil o direito de votar e ser votado nas eleições locais. Hoje, para ser eleito, o estrangeiro precisa se naturalizar e, mesmo assim, não poderá ser eleito para cargos reservados a brasileiros natos, disse.

Para Aloysio Nunes, a legislação brasileira sobre os estrangeiros é atrasada e precisa ser modernizada.

— No mundo de hoje, a noção de soberania e cidadania não se confunde mais com as fronteiras nacionais.



Aloysio: estrangeiro residente no país deve ter o direito de votar



Problema salarial é pouco debatido no Brasil, diz Requião

Requião defende aumento dos salários contra a crise mundial

Roberto Requião (PMDB-PR) protestou quarta-feira contra medidas recessivas de combate à crise mundial e defendeu o aumento dos salários para estimular a demanda. O senador citou o economista americano Thomas Palley, que declarou-se pouco otimista quanto a uma rápida recuperação econômica dos países desenvolvidos enquanto persistir o fosso entre o crescimento dos salários e da produtividade.

— Sem aumentos salariais que se equiparem, ou mesmo superem, o aumento da produtividade, não há como fazer girar virtuosamente a economia — assinalou.

Requião também lamentou que o problema dos salários seja pouco debatido no Brasil. Segundo disse, economistas brasileiros costumam responder às crises pedindo cortes de programas sociais e congelamento de aposentadorias — uma receita de “suicídio”, opinou.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



- PLENÁRIO: Sessão de debates**
9h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos de senadores. Entre os inscritos, Cristovam Buarque (PDT-DF), Paulo Paim (PT-RS) e Acir Gurgacz (PDT-RO).
- ACESSO A INFORMAÇÃO: Reunião administrativa**
10h Primeira reunião administrativa da Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal, na Biblioteca.
- CRA: Audiência pública com ministros**
14h Audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária debate a infraestrutura e os corredores de escoamento da produção agrícola, com foco nos investimentos em hidrovias, ferrovias e portos nas regiões Centro-Oeste e Norte. Presença do ministro dos Transportes, Paulo Passos, e do ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Moreira Franco, entre outros.
- PARLASUL: Debate na Representação Brasileira**
16h “Crise, Estado e desenvolvimento: desafios e perspectivas para a América do Sul” é o tema de debate na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Cláudio Abreu e Dadá terão sigilos quebrados, mas oposição critica não terem sido abrangidas as filiais da Delta no Sul e no Sudeste, incluindo o ex-sócio Fernando Cavendish

CPI quebra sigilos da Delta e de pessoas ligadas a Carlos Cachoeira

PESSOAS FÍSICAS E jurídicas ligadas a Carlinhos Cachoeira terão os sigilos telefônico, bancário e fiscal quebrados, conforme decidiu a CPI mista que investiga a relação do contraventor goiano com agentes públicos e privados. Entre os atingidos pela medida, estão o ex-diretor da Delta Construções Cláudio Abreu e Idalberto Matias de Araújo, o Dadá, ex-sargento da Aeronáutica preso pela Operação Monte Carlo, da Polícia Federal, sob acusação de ser informante e braço direito de Cachoeira. A própria Delta teve o sigilo quebrado, porém apenas das filiais em Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Distrito Federal.

Ao todo, foram aprovados 37 requerimentos de quebra de sigilo e 51 para a realização de depoimentos. Além de Abreu e Dadá, Giovanni Pereira da Silva, apontado como responsável pela movimentação de todo o dinheiro da organização chefiada por Cachoeira, também terá as informações bancárias, telefônicas e fiscais colocadas à disposição da CPI.

Entre as pessoas jurídicas que terão seus dados revelados estão a Brava Construções e a Alberto & Pantoja. Segundo a Polícia Federal, são empresas de fachada, criadas para receber dinheiro sujo da Delta, que têm o mesmo endereço: um prédio numa cidade-satélite de Brasília onde funciona uma oficina mecânica.

Convocações

Entre os depoimentos aprovados, está o do ex-chefe de gabinete do governador do Distrito Federal, Cláudio Monteiro, que teria negociado propina para favorecer a Delta em contratos de prestação de serviços de recolhimento de lixo em Brasília e região.

A ex-mulher de Cachoeira,



Presidente da CPI, Vital do Rêgo (E) não descartou o acesso às contas da construtora Delta fora da região Centro-Oeste

Andréa Aprígio, foi chamada; assim como o ex-cunhado, Adriano Aprígio; o sobrinho Leonardo Almeida Ramos; o pai, Sebastião de Almeida Ramos; e o irmão Marcos de Almeida Ramos.

Delta

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Pedro Taques (PDT-MT) protestaram porque não houve quebra de sigilo de filiais da Delta no Sudeste, no Sul e do ex-sócio Fernando Cavendish. O relator, deputado Odair Cunha (PT-MG), sugeriu o adiamento da votação dos demais requerimentos para a próxima reunião administrativa, em 5 de junho.

— Ficou patente a relação do governador de Goiás e de Sérgio Cabral com negócios de Cachoeira. Esta investigação é selecionada, sem ir ao fundo desta CPI. É um mau começo — protestou Randolfe.

Segundo Taques, há notícias de que a Delta já estaria dilapidando seu patrimônio, por isso o assunto não poderia ser deixado para 5 de junho.

A CPI volta a se reunir terça-feira, quando será ouvido Carlinhos Cachoeira. Em seguida, Gleyb Ferreira da Cruz, Lenine Araújo de Souza, José Olympio de Queiroga Neto e Idalberto Matias de Araújo.

Requerimentos aprovados

Quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico: Andréa Aprígio de Souza ■ Cláudio Abreu ■ Giovanni Pereira da Silva ■ Gleyb Ferreira de Araújo ■ Idalberto Matias de Araújo ■ Lenine Araújo de Souza ■ Leonardo Almeida Ramos ■ Roberto Sérgio Coppola ■ Rosalvo Simprini Cruz ■ Wladimir Garcez Henrique ■ Alberto & Pantoja Construções e Transportes ■ Bet Capital ■ Brava Construções e Terraplanagem ■ Brazilian Gaming Partners Participação Administração e Empreendimentos ■ Construtora Rio Tocantins ■ Delta Construções ■ Emproduta Administração de Imóveis e Informática ■ Fundação Cultural Aprígio Ramos ■ Ideal Segurança ■ JM Terraplanagem e Construção ■ JR Prestadora de Serviços Construtora e Incorporadora ■ Larami Diversões e Entretenimento ■ Laser Press Tecnologia e Serviços ■ Let Laminados Estruturados e Termoformados ■ Misano ■ MZ Construções ■ Organização Independente de Comunicação ■ Vitapan Indústria Farmacêutica

Convocação para prestar depoimento: Adriano Aprígio de Souza ■ Alex Sandro Klein Fonseca ■ Alexandre Baldy Braga ■ Alexandre Lourenço ■ Aluizio Alves de Souza ■ Álvaro Ribeiro da Silva ■ Anderson Aguiar Drumond ■ André Teixeira Jorge ■ Andréa Aprígio de Souza ■ Andréa Souza ■ Antônio Lorenzo ■ Arnaldo Rúbio Júnior ■ Benedito Torres ■ Carlos Alberto de Lima ■ Carlos Antônio Nogueira ■ Cláudio Monteiro ■ Daniel de Resende Salgado* ■ Deuselino Valadares dos Santos ■ Edemundo Dias ■ Edgardo Mendonça Guimarães ■ Edivaldo Cardoso de Paula ■ Edson Coelho dos Santos ■ Fernando Antônio Byron Filho ■ Fernando Byron ■ Francisco Cláudio Monteiro ■ Jayme Rincón ■ João Carlos Feitoza ■ João Macedo de Miranda ■ Joaquim Gomes Thomé Neto ■ Léa Batista de Oliveira* ■ Leonardo Almeida Ramos ■ Marcello de Oliveira Lopes ■ Marcelo Limirio Gonçalves ■ Marcelo Ribeiro de Oliveira* ■ Marcelo Vieira da Silva ■ Marcos Antônio de Almeida Ramos ■ Paulo de Almeida Ramos ■ Paulo Roberto de Almeida Ramos ■ Roberto Coppola ■ Roberto Sérgio Coppola ■ Rodrigo Moral Dall' Agnol ■ Rogério Diniz ■ Ronald Alves Bicca ■ Rosalvo Simprini Cruz ■ Rosely Pantoja da Silva ■ Rossine Aires Guimarães ■ Sebastião de Almeida Ramos Júnior ■ Walter Paulo Santiago ■ Wesley José Ferreira ■ William Vitorino ■ Wladimir Garcez Henrique ■ (*convidados)

Requerimento ao Coaf sobre movimentações atípicas de: Carlos Augusto Ramos; Idalberto Matias de Araújo; José Olímpio Queiroga Neto; Vitapan Indústria Farmacêutica

Gravações: Solicita ao STF, à Justiça Federal de Goiás (11ª Vara), à Procuradoria-Geral da República ou à Polícia Federal gravações originais feitas pelas operações Vegas e Monte Carlo.

Fim do sigilo: Solicita ao ministro Ricardo Lewandowski a revogação do sigilo imposto ao inquérito sobre a Operação Vegas e ao juiz da 11ª Vara Federal, sobre Operação Monte Carlo.

Sequestro de bens: Requer ao ministro do STF Ricardo Lewandowski que sejam sequestrados todos os bens móveis e imóveis de Carlos Augusto Ramos, ainda que em poder de terceiros.

Acesso ao computador: Requer acesso ao HD com informações das operações Vegas e Monte Carlo obtidas pelo programa Guardiã, da Polícia Federal.

Distrito Federal: Solicita à Polícia Civil do DF cópia do inquérito da Operação Saint-Michel.

Saídas do país: Requer aos ministérios da Justiça e das Relações Exteriores informações sobre viagens ao exterior de Carlos Augusto Ramos, Demóstenes Torres e sua esposa, Flávia Coelho.

Anvisa: Solicita documentos e informações junto à Agência de Vigilância Sanitária

Esclarecimentos: Requer ao delegado de PF Matheus Mela Rodrigues esclarecimentos sobre listagem de nomes citados nas gravações telefônicas da Operação Monte Carlo.

Cessão para auxiliar CPI: Requer à Procuradoria de Minas Gerais a cessão do procurador André Estevão Pereira, e ao ao Ministério Público de São Paulo a cessão de Arthur Pinto de Lemos Júnior.

Próximas etapas: Solicita compartilhamento de futuros relatórios sobre a Operação Monte Carlo.

Relatórios: Solicita à Polícia Federal os 47 relatórios de diligências e os 39 relatórios parciais da Operação Monte Carlo e os relatórios analíticos produzidos durante as operações Vegas e Monte Carlo.

Contas bancárias: Requer ao Ministério da Justiça que negocie acordos para viabilizar a identificação das contas bancárias e bens de Carlos Augusto Almeida Ramos e Demóstenes Torres, entre outros.

Vital nega que haja "blindagem" para governadores

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), negou a existência de manobra para proteger os governadores do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB); de Goiás, Marconi Perillo (PSDB); e do Distrito Federal, Agnelo Queiroz (PT).

Vital disse que na pauta de ontem estava prevista apenas as quebras de sigilo votadas, mas nada sobre convocação dos governadores. O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR) considera indispensáveis os depoimentos.

— Perillo já se depôs a vir. Quem apresentou requerimento de convocação dele foi o PSDB. Nós estamos aguardando a aprovação dos requerimentos para que os três governadores possam vir depor — disse o senador.

Vital não descartou o acesso às contas das filiais da Delta fora da região Centro-Oeste.

— O início da investigação é a Delta Centro-Oeste. A Delta Sudeste, a Norte, a Sul ou qualquer outra vão entrar de acordo com o aprofundamento das investigações, a depender de decisão colegiada — afirmou Vital.

Randolfe acusou a CPI de fazer uma "investigação seletiva" e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) pediu maior transparência no processo. Ele considerou "escabrosa" a venda da Delta imediatamente após o seu presidente, Fernando Cavendish, ter anunciado que a empreiteira estava quebrada.

Já Roberto Requião (PMDB-PR) disse que o argumento utilizado por governistas, de que "a Delta não pode ser investigada em nome da continuidade das obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)", é infundado.

Para Simon, CPI não é independente e investigações são "de mentirinha"

O controle rigoroso do governo federal sobre os rumos das investigações da CPI do Cachoeira impede o seu aprofundamento, afirmou Pedro Simon (PMDB-RS).

Segundo o senador, a decisão de investigar a empresa Delta Centro-Oeste, mas não suas outras filiais, e de não convocar governadores para depor, demonstra claramente que a CPI só está fazendo investigações "de mentirinha".

— Pela primeira vez na história conseguimos uma CPI com empreiteira,



com o corruptor. E a CPI já veio pronta. A Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República entregaram ao Congresso as investigações praticamente concluídas, inclusive com denúncia de mais de 80 pessoas. A Delta já está ali provada e comprovada, mas a CPI a está tirando fora — lamentou.

Simon questionou a venda da Delta, "denunciada por fraudes, corrupção e superfaturamento", para o grupo J&F, detentor do frigorífico JBS, em cujo capital o BNDES tem 31% de participação.

Mozarildo pede que instituições como a Procuradoria-Geral recebam mais respeito

Segundo Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), a CPI do Cachoeira tem direcionado o foco das investigações para questões fora de seus verdadeiros objetivos, como, por exemplo, a convocação de jornalistas, de investigadores ou do procurador-geral da República, Roberto Gurgel.

— Passa a sensação de que o foco principal não está sendo atingido — disse.

Mozarildo lembrou que algumas CPIs foram produtivas, como a dos Correios, que terminou com a renúncia



e a cassação de parlamentares, e a dos Bingos, que pediu o indiciamento de Carlinhos Cachoeira. O senador também leu trecho de um documento do Conselho Nacional do Ministério Público em apoio a Roberto Gurgel e pediu mais respeito às instituições brasileiras.

— Todos temos que nos preocupar com a nossa democracia, que vem se solidificando ao longo dos anos. Mas precisamos ter muito zelo pelas instituições — disse o senador.

Ana Amélia destaca projeto sobre quimioterapia em casa

Ana Amélia (PP-RS) comemorou ontem aprovação de projeto que inclui no rol dos serviços prestados pelos planos de saúde a quimioterapia oral em domicílio. A proposta (PLS 352/11), da própria senadora, foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais e segue para a Câmara.

Em discurso ontem, ela avaliou que esta é a forma mais adequada, do ponto de vista médico, para o atendimento às pessoas em tratamento contra o câncer. Com o atendimento em casa, argumentou, haverá

melhoria na qualidade de vida dos pacientes. Além disso, ressaltou a senadora, a quimioterapia convencional é agressiva, invasiva, exige internação, deixa a pessoa suscetível à contaminação e ocupa vagas de hospital que poderiam ser usadas para emergências.

Ana Amélia reconheceu que a proposta representa um encargo adicional aos planos de saúde. Por isso, disse esperar que a indústria farmacêutica entendesse o espírito da iniciativa e propiciasse a redução dos preços desses medicamentos.



Wellington Barreto/Agência Senado

Casildo pede investimento em pesquisa de equipamento médico

Ao pedir mais investimentos para o desenvolvimento de pesquisa e tecnologia de equipamentos médicos, sobretudo para pessoas com deficiência, Casildo Maldaner (PMDB-SC), citou o exemplo da artista plástica Ana Amália Tavares Barbosa. Tetraplégica e muda após ter sofrido um acidente vascular cerebral em 2002, ela tituló-se doutora em arte e educação pela Universidade de São Paulo (USP) no dia 9.

O senador disse que Ana Amália também é disfásica (tem dificuldade para mastigar e engolir) e, para conseguir o seu doutorado, contou

com “a conjugação de fatores essenciais”. — Sua gigantesca força de vontade, o apoio e dedicação integral da família e dos amigos, e equipamentos e programas de computador específicos para permitir sua comunicação, desenvolvidos pela Rede Sarah de Hospitais, de Brasília, e pela Fundação Lucy Montoro, de São Paulo.

Segundo Casildo, o mercado de pesquisa e tecnologia em saúde no país é de quase R\$ 35 bilhões e fomenta direta ou indiretamente mais de 11 mil empresas, que geram 100 mil postos de trabalho, sobretudo de alta especialização.



Wellington Barreto/Agência Senado

Humberto Costa elogia Programa Brasil Carinhoso

Combater a anemia nutricional e evitar crises de asma em crianças são alguns dos objetivos do recém lançado Programa Brasil Carinhoso, disse Humberto Costa (PT-PE). Para isso, entre as ações previstas, está a distribuição de suplementos nutricionais.

Crianças de 6 meses a 5 anos receberão doses de vitamina A durante campanhas de vacinação. Além disso, as unidades básicas de saúde do país ofertarão sulfato ferroso a crianças dos 6 aos 18 meses. O parlamentar registrou ainda os 30 anos de emancipação de Abreu e Lima, na região metropolitana de Recife.

Sérgio Souza quer aulas de moral e ética nas escolas

Uma política de educação que prepare jovens e crianças para a cidadania é considerada “essencial” por Sérgio Souza (PMDB-PR). O senador defendeu o PLS 2/12, de sua autoria, em análise na Comissão de Educação (CE), que inclui no ensino fundamental e médio disciplinas que tratem de moral e ética. Souza citou ranking de 60 países no qual o Brasil aparece como a 11ª nação mais estável do ponto de vista econômico-financeiro, à frente dos Estados Unidos e de países da zona do euro. Porém, é o 50º lugar no combate à corrupção, e o 55º em relação à eficiência da Justiça.



José Cruz/Agência Senado

Oferecer bebida alcoólica a menor pode se tornar crime

Projeto que tipifica como crime a venda ou oferta, ainda que gratuita, de bebida alcoólica a menor de 18 anos e exclui o tema da Lei das Contravenções Penais foi aprovado pela Comissão de Direitos Humanos. Pelo projeto (PLS 655/11), mesmo os atos de servir ou entregar a bebida será considerado crime previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Na avaliação do relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), o projeto

vai dirimir a controvérsia judicial sobre o assunto. Ao estabelecimento comercial que cometer a prática criminosa, a proposta prevê aplicação de multa de R\$ 2 mil a R\$ 50 mil. O texto, de autoria de Cyro Miranda (PSDB-GO), agora segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania onde terá decisão terminativa. Do colegiado, deve ir para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso para análise em Plenário.

Doação a abrigo de crianças ou de idosos deve gerar dedução

Projeto que permite deduzir do Imposto de Renda Pessoa Física doações a instituição de assistência social que abrigue crianças, adolescentes ou idosos foi aprovado na CDH.

O PLS 746/11, de Blairo Maggi (PR-MT), segue para decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O senador argumenta que o número de idosos no Brasil cresce 47,8% na última década, enquanto toda a população brasileira, no mesmo período, cresce apenas 21,6%.

O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), destacou que os abrigos reforçam os programas assistenciais do Estado.

Projeto facilita diagnóstico de distúrbios psíquicos

Os serviços públicos de saúde podem ser obrigados a aplicar o Protocolo de Indicadores para o Desenvolvimento Infantil (Irdi) ou instrumento similar nas consultas pediátricas de rotina nos primeiros 18 meses da criança. O objetivo é facilitar a identificação precoce de distúrbios psíquicos. A proposta (PLS 451/11) de Ângela Portela (PT-RR) foi aprovada pela CDH. Para a relatora, Marta Suplicy (PT-SP), o diagnóstico precoce de riscos ao desenvolvimento psíquico infantil vai viabilizar a adoção de medidas terapêuticas efetivas e capazes de promover o desenvolvimento saudável da criança.

Exploração sexual de crianças e adolescentes pode ter pena maior

A CDH aprovou projeto de lei (PLS 495/11) de Renan Calheiros (PMDB-AL) que amplia a punição pela exploração sexual de crianças e adolescentes. A matéria segue para decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A proposta altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para estabelecer pena de reclusão de 6 a 12 anos (hoje é de 4 a 10 anos) para quem submeter menores à prostituição ou explorá-los

sexualmente. A pena também será aplicada a quem estimular tais práticas pela internet.

Pela proposta, União, estados e municípios farão campanhas educativas e criarão selo para iniciativas que ajudem a reprimir esse crime.

O projeto, relatado por Paulo Paim (PT-RS), muda ainda a Política Nacional de Turismo (Lei 11.771/08) para inserir a exploração sexual de crianças e adolescentes como prática a ser combatida nas ações públicas para o setor.



Wellington Barreto/Agência Senado

Renan comemora aprovação perto de data simbólica

Renan Calheiros (PMDB-AL) celebrou a aprovação de seu projeto na CDH na véspera do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio). Segundo ele, dados da Unicef indicam que 1 milhão de crianças e adolescentes entram no mercado de exploração sexual todos

os anos no mundo. Desses, 10% estão no Brasil, Filipinas e Taiwan, considerados os principais destinos de turismo sexual. Ainda de acordo com o senador, mil municípios brasileiros têm adolescentes ou crianças exploradas diariamente, sendo 400 dessas cidades destinos turísticos tradicionais do país.

Avança projeto que prioriza deficiente na restituição do Imposto de Renda

Comissão de Direitos Humanos aprovou mais 3 propostas que beneficiam portadores de deficiência, como a que prevê adaptação de aparelhos de rádio e TV

A COMISSÃO DE Direitos Humanos do Senado (CDH) aprovou ontem quatro projetos de lei que beneficiam pessoas com deficiência.

O primeiro assegura prioridade na restituição do Imposto de Renda, como já acontece com os idosos.

O segundo projeto de lei reserva 10% das vagas em programas de qualificação profissional financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O terceiro trata de adaptações em aparelhos de rádio e TV para deficientes auditivos.

O quarto projeto se refere a deficientes visuais em concursos públicos.

O projeto sobre prioridade na restituição do IR (PLS 571/11) é de Vital do Rêgo (PMDB-PB) e recebeu uma emenda do relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), estabelecendo que os interessados deverão se cadastrar na Receita Federal.

Essa proposta ainda depende de outras duas comissões.

Qualificação

A reserva de vagas de qualificação profissional (PLS 621/11) foi proposta por Lúdice da Mata (PSB-BA).

O relatório de Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH, foi pela aprovação.

O parlamentar apresentou emenda para estabelecer que a reserva seja aplicada apenas aos programas e ações com



Cadeirante em aula de informática: projeto aprovado por comissão dá prioridade a deficientes na restituição do Imposto de Renda

Sérgio Amorim/PSB

início 90 dias após a publicação da lei.

Segundo o senador, a medida evitará incertezas sobre a aplicabilidade da medida às ações em andamento.

O projeto vai agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa (não precisará passar pelo Plenário).

Também foi aprovado um projeto de lei que obriga fabricantes de rádio e televisão a oferecer aparelhos com saídas para fone de ouvido ou equipamento auditivo externo, com ajuste de volume, compatíveis com as necessidades de deficientes auditivos (PLC 78/09).

A medida beneficia pessoas com perda auditiva moderada e leve. O projeto recebeu um substitutivo do relator na CDH, Cyro Miranda

(PSDB-GO), prevendo que os vendedores deverão informar aos consumidores sobre a possibilidade de receber equipamento com a saída de áudio com controle independente de volume.

Após a venda, o fabricante terá prazo de 30 dias para entregar o produto ao comprador. Esse projeto de lei terá que voltar à Câmara dos Deputados.

Concursos

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ainda projeto de Lindbergh Farias (PT-RJ) determinando que a publicidade dos editais de convocação de concursos públicos, assim como de todas as fases do processo de seleção do certame, contenha mecanismos que levem em conta as dificuldades

específicas das pessoas com deficiência visual (PLS 505/11).

De acordo com Lindbergh, muitas vezes o candidato com deficiência visual é desclassificado porque não tem acesso aos serviços de informação definidos pela organização do concurso.

Com isso, por exemplo, se um concurso público reservar cotas para deficientes visuais, o site que reunirá todas as informações sobre o certame deverá ter 100% de acessibilidade.

Como relator, Eduardo Lopes (PRB-RJ), que atuou como substituto de Aníbal Diniz (PT-SP), pediu a aprovação do texto.

A matéria vai agora a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

Grupo ajudará no Estatuto do Deficiente

Paulo Paim (PT-RS) elogiou a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pela criação de um grupo de trabalho que vai analisar todos os projetos de lei relativos às pessoas com deficiência.

O objetivo é subsidiar o Congresso para a definição do texto final do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Paim é autor do PLS 6/03, que institui o estatuto. A proposta foi aprovada pelo Senado e tramita na Câmara desde 2009.

O grupo de trabalho incluirá juristas e representantes da Câmara e do Senado, entre outros.

Aprovado projeto que inclui língua de sinais em escolas

Após ser modificado na Câmara, o projeto que exige o ensino da língua brasileira de sinais (Libras, usada por pessoas surdas) na educação básica avança no Senado.

A proposta foi aprovada na Comissão de Direitos Humanos ontem e agora será enviada à Comissão de Educação.

O texto teve origem no PLS 180/04, da então senadora Ideli Salvatti. Com as alterações feitas na Câmara, foi transformado em substitutivo.

As mudanças ampliaram o foco da proposta, exigindo também o ensino do sistema braille (para cegos) e do tadoma (para pessoas que são simul-

taneamente surdas e cegas). O substitutivo também acaba com a possibilidade de segregação dos alunos com deficiência em classes ou escolas especiais.

A medida teve o apoio de Cristovam Buarque (PDT-DF), relator da matéria na CDH. Ele argumenta que esse tipo de segregação é “contraditório com a ideia de inclusão ampla”. Wellington Dias (PT-PI) também apoiou. Ele, que atuou ontem como relator *ad hoc*, disse que a iniciativa é “revolucionária, pois exige que o ensino das línguas se estenda às pessoas que estão no entorno dos alunos com necessidades especiais”.



Wellington Dias (D) defende inclusão da Libras nos currículos escolares

“Se tiverem ajuda, eles irão cada vez mais longe”, diz Benedito

Benedito de Lira (PP-AL) ressaltou a importância de o governo promover políticas de inclusão, especialmente no campo do trabalho, para as pessoas com deficiência.

O parlamentar elogiou a aprovação, pelo Senado, do PLS 506/11, que obriga as empresas que receberem benefícios fiscais para atuar em atividades ligadas à Copa das Confederações, à Copa do Mundo e aos Jogos Olímpicos a reservar 5% dos postos de trabalho a pessoas com deficiência.

— Não quero transferir às pessoas com deficiência a responsabilidade de resolver problemas apenas com sua força de vontade. Se o poder público oferecer as condições adequadas a esses brasileiros, eles irão cada vez mais longe — apoiou.



Paulo Valério/Agência Senado

Segundo afirmou, os 14,5% da população que se declararam portadores de algum tipo de limitação física ou motora, de acordo com o IBGE, precisam

Em debate ontem na CRA, foram discutidas alternativas para recuperar as perdas de pequenos agricultores atingidos por secas e cheias

Senadores cobram apoio para agricultura afetada pelo clima

PREOCUPADOS COM AS perdas de safra pela irregularidade de chuvas no Sul, seca no Nordeste e enchentes no Amazonas, senadores da Comissão de Agricultura (CRA) cobraram ontem do governo medidas que permitam a recuperação de lavouras e criações, sem levar os agricultores à inadimplência.

O endividamento do setor rural foi debatido em audiência com o diretor de Financiamento e Proteção da Produção da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), João Luiz Guadagnin, e o secretário-adjunto da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, João Pinto Rabelo Júnior.

No debate presidido por Acir Gurgacz (PDT-RO), os senadores cobraram a implantação do Fundo de Catástrofe (Lei Complementar 137/10), uma espécie de complementação do seguro rural para perdas agrícolas.

Em resposta, o representante do Ministério da Fazenda informou que o texto que trata da regulamentação do fundo será colocado para consulta pública no início de agosto.

Para o senador Walter Pinheiro (PT-BA), será necessário levantar a situação de todos os agricultores com problemas para pagar crédito por conta de secas ou enchentes e propor uma solução definitiva.

— Como podemos fazer para limpar a área? Chegar agora com o crédito de emergência, mas já plantando as condições efetivas para funcionar “de



Gurgacz (C) preside debate com os representantes do governo João Rabelo (E) e João Luiz Guadagnin

forma zerada”, para trabalhar de forma diferente daqui para frente — opinou.

Pinheiro manifestou preocupação com a operacionalidade da Medida Provisória (MP) 566/12, que cria linhas de crédito extraordinário para atender setores produtivos de municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública. A MP foi editada em abril e tramita no Congresso, assim como a MP 565/12, que institui uma bolsa de R\$ 400 para os atingidos pelas secas e enchentes.

Seguro

Segundo João Rabelo Júnior, representante da Fazenda, a seca que afeta mais de 800 municípios do Nordeste já destruiu 80% da produção, mas os tomadores de crédito estão cobertos pelo seguro agrícola. Além disso, 830 mil agricultores são beneficiados pelo

Garantia Safra, um fundo para socorro a pequenos produtores que não usam crédito. Desse total, 80% deverão ser indenizados por conta da seca.

No Norte, no entanto, de acordo com os representantes do governo, são poucos os pequenos produtores que contam com a cobertura do seguro da agricultura familiar. A região também não conta com o Garantia Safra — situação que pode ser revertida a partir de um estudo do governo.

Na região Sul, o problema é menor entre agricultores que diversificaram os cultivos e adotaram práticas de manejo de solo e água, segundo João Luiz Guadagnin. O representante do MDA citou o exemplo do Rio Grande do Sul, onde apenas um quarto dos 250 mil agricultores protegidos pelo seguro da agricultura familiar fizeram comunicado de perdas.

Delcídio do Amaral quer discutir concentração de frigoríficos em MS

Delcídio do Amaral (PT-MS) disse em discurso na quarta-feira que vai pedir audiência pública para debater a ação de monopólio na comercialização da carne em Mato Grosso do Sul. Segundo ele, todo o setor está sob o domínio dos frigoríficos JBS e Marfrig.

O debate, que deve ser realizado em junho nas comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos (CAE), servirá para esclarecer como se comporta o mercado da carne no estado, uma vez que o excesso de concentração leva à manipulação do preço da arroba do boi e da carne posta à comercialização, explicou o parlamentar.

Ivo Cassol chama atenção para desgaste do Instituto Agropecuário de Rondônia



Ivo Cassol (PP-RO) lamentou, em pronunciamento na quarta-feira, a situação do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário de Rondônia (Idaron). Segundo ele, o instituto

está deteriorado e se transformou em cabide de empregos.

O senador disse que, na época em que foi governador, o instituto tinha 40 barcos para fiscalização, hoje quebrados e sem combustível. Ele ressaltou o fato de que a pouca fiscalização na região de divisa pode comprometer o rebanho do estado.

Acir Gurgacz pede definição urgente sobre novo Código Florestal

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) pediu ontem uma definição urgente sobre o novo Código Florestal. A presidente Dilma Rousseff tem até o dia 25 para sancionar ou vetar o projeto do código.

Gurgacz disse que os participantes da marcha dos prefeitos pediram à presidente Dilma, esta semana, a sanção integral do texto, como aprovado pela Câmara. Para ele, os prefeitos têm legitimidade para fazer o apelo, da mesma forma como muitos movimentos têm pedido o veto total à nova lei.

— O Brasil não pode ficar sem código, porque precisamos levar legitimidade ao campo.

Falta visão ambiental de longo prazo, diz pesquisador europeu

O professor norueguês de estratégias ambientais Jorgen Randers apresentou, em audiência conjunta das subcomissões de acompanhamento da Rio+20, as ideias de seu livro *2052: previsões globais para os próximos 40 anos*, ainda não editado no Brasil.

Na obra, Randers atribui os problemas ambientais futuros ao modelo político e econômico atual, lamentando que “nem o eleitor nem o capitalismo aceitam pensar em longo prazo”.

— Para aumentar a governança global, é preciso aumentar a vontade do eleitor de sacrificar um pouco sua vida para seus netos. Isso é muito difícil.

Uma de suas preocupações é com o lento processo de tomada de decisões da sociedade, que impede respostas rápidas aos problemas ambientais.

— A Humanidade não está ouvindo o que dissemos. Estamos extrapolando em consumo o que o mundo pode produzir, emitindo mais poluição do que o mundo pode absorver.

Segundo as previsões de Randers, a população mundial chegará a um pico de 8 bilhões e o PIB global crescerá mais lentamente porque as economias industriais maduras apresentarão desaceleração, enquanto as emissões de dióxido de carbono só voltarão a níveis normais em 2050.

Randers considera que os planos de redução a serem apresentados na Rio+20 “não vão cortar nada”.

— As coisas se ajustarão, mas ao custo de uma catástrofe para nossos netos. É uma previsão boa a curto prazo e ruim a longo prazo.

Sobre o Brasil, Randers defendeu o protagonismo do país na preservação ambiental, na sustentabilidade da agricultura e nos biocombustíveis.

— Das fontes de biocombustível, a cana é a melhor, e vocês estão em posição de produzi-lo de forma decente e sustentável. Devem brigar pelos consumidores da Europa e dos EUA, que rejeitam esse biocombustível.



Jorgen Randers, Cristovam Buarque e Heitor Gurgulino de Souza participam de debate

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cintia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Eunício afirma que proposta de Código Penal "surpreenderá"

Waldemir Barreto/Agência Senado



Eunício Oliveira (PMDB-CE) disse que o Brasil se surpreenderá com o resultado dos trabalhos da comissão de juristas instituída pela Presidência do Senado para elaborar um anteprojeto do novo Código Penal.

— O brasileiro é submetido a regras penais definidas na primeira metade do século 20. Hoje, vivemos em um mundo completamente diferente do existente naquela época, devido aos avanços tecnológicos e às conquistas da democracia.

A previsão é que o anteprojeto seja concluído até o final de junho.

População está distante do Judiciário, segundo Anibal Diniz

Waldemir Barreto/Agência Senado



Anibal Diniz (PT-AC) falou do lançamento no Acre do Programa Cidadania e Justiça

na Escola — que explica o funcionamento do Judiciário às crianças.

O senador disse que a maior parte do povo ainda não conhece seus direitos e deveres.

— Ou seja, ele se sente distante da Justiça porque não conhece a Justiça — afirmou.

A iniciativa é da Associação dos Magistrados Brasileiros e conta com o aval do Ministério da Justiça.

Paim pede aprovação de projeto que agiliza ações trabalhistas

Paulo Paim (PT-RS) disse esperar que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprove por unanimidade um projeto de lei que agiliza os processos na Justiça do Trabalho.

A proposta em questão (PLS 606/11) foi elaborada por Romero Jucá (PMDB-RR).

Paulo Paim também registrou um encontro de representantes da Associação Brasileira de Produtores de Maçã com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho. Nesse encontro, a entidade pediu o apoio do governo federal para o setor, que é "tão importante para a economia gaúcha e brasileira".

Nota do Senado sobre a Lei de Acesso à Informação

O presidente do Senado Federal, José Sarney, manteve contato na tarde desta quinta-feira com os presidentes da Câmara dos Deputados, Marco Maia, e do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, para discutir procedimentos em relação à Lei de Acesso à Informação, que foi regu-

lamentada na esfera do Poder Executivo. No que diz respeito à questão da divulgação individualizada dos salários dos servidores, o Senado Federal vai esperar pela publicação do ato do Ministério do Planejamento (item VI, § 3º, art. 7º do Decreto 7.724, de 16 de maio de 2012) para então

convocar a Mesa diretora e se pronunciar definitivamente sobre o tema, à luz da legislação vigente.

Comunicamos ainda que a Comissão Permanente de Acesso a Dados, Informações e Documentos do Senado Federal, criada por ato da Mesa diretora do Senado

Federal, cujos membros já foram designados formalmente, fará a sua primeira reunião nesta sexta-feira. Ela terá um prazo de 30 dias para apresentar estudos e levantamentos sobre classificação de documentos.

Senado Federal/Secs/Assessoria de Imprensa

Suposta ameaça adia depoimento no Senado de delegado da ditadura

Ex-policial falaria sobre sua participação na morte de militantes da esquerda nos anos 1970, mas recuou ao se sentir ameaçado de morte

UMA SUPOSTA AMEAÇA de morte adiou a audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) faria ontem. A vítima, Claudio Guerra, é ex-delegado do Departamento de Ordem Política e Social (Dops) e personagem central do livro *Memórias de uma Guerra Suja*. No Senado, ele falaria sobre sua participação na morte de militantes da esquerda na época da ditadura militar, nos anos 1970.

— Considero da maior gravidade a tentativa de assassinato, porque ele é um arquivo vivo dos crimes que ele mesmo cometeu. Li no livro que a responsabilidade dele, na ditadura, era matar, inclusive, enquanto outros torturavam — disse Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

O senador informou que o ex-delegado do Dops também se dispôs a falar à Comissão da Verdade. O colegiado foi nomeado na véspera pela presidente Dilma Rousseff — em cerimônia que contou com a participação de todos os ex-presidentes da República desde a redemocratização do país —, para investigar as violações aos direitos humanos



Geraldo Magela/Agência Senado

Devido à ausência do policial, Paim (D) aproveitou a reunião da Comissão de Direitos Humanos para exame de projetos

entre 1946 e 1988, com ênfase no período da ditadura militar.

Paim explicou que o ex-delegado alegou a necessidade de garantias de segurança para seu deslocamento a Brasília. O senador foi informado de que, na madrugada da quarta-feira, dia 16, três homens rondaram a casa do delegado, na cidade de Vila Velha (ES). Claudio Guerra afirmou ter ouvido um dos homens gritar "eu vou pocar". Na gíria policial da época da ditadura, a frase era a senha para o disparo de arma com o objetivo de matar quem estivesse no alvo.

O senador registrou que ainda na quarta-feira narrou

o fato ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e pediu segurança para o ex-delegado. Segundo Paim, o ministro informou que Guerra se negou a entrar no programa federal de proteção a testemunhas.

Matança

Paim citou fatos envolvendo o delegado, que narrou aos jornalistas Marcelo Netto e Rogério Medeiros como matou e ocultou os corpos de militantes de esquerda.

— É o depoimento de quem foi o principal agente de um grupo que, fora da cadeia de comando, foi responsável pela matança de integrantes

da esquerda. Seu nome não está entre os torturadores da ditadura porque sua missão não era torturar, era matar — disse o senador.

No livro, Guerra também fala sobre sua participação na Chacina da Lapa, em São Paulo, operação do Exército que resultou na morte de três dirigentes do PCdoB, e sobre o atentado ao Riocentro, frustrado porque a bomba explodiu no colo de um militar.

Sem o ex-delegado, a CDH destinou a reunião de ontem ao exame de projetos (*páginas 4 e 5*). Os autores do livro também vão depor na audiência pública.

Comissão da Verdade marca a história, diz Viana

Waldemir Barreto/Agência Senado



Ao comentar a instalação da Comissão Nacional da Verdade, Jorge Viana (PT-

AC) afirmou que a presidente Dilma Rousseff proporcionou aos brasileiros "um dos momentos mais bonitos da história recente do Brasil".

— Somos todos lutadores por esse Brasil livre, com liberdade, e a presidente Dilma fez um discurso histórico — disse Viana.

Na opinião do senador, a Comissão da Verdade e a Lei de Acesso à Informação são dois acontecimentos da maior relevância para o país.

— É um passo importante para o combate à corrupção.

Cristovam vê caminho para um país republicano

Waldemir Barreto/Agência Senado



A instalação da Comissão da Verdade mostra que o Brasil pode se tornar de fato um país

republicano, disse Cristovam Buarque (PDT-DF). Para ele, valeu a pena ter vivido para comparecer à posse.

— Ontem a gente viu que este Brasil pode ser republicano, mas falta muito. Para isso, vai ser necessário levar em consideração a tortura permanente que pesa sobre 14 milhões de brasileiros adultos que não sabem ler.

Segundo Cristovam, o país tem direito de dar anistia aos piores crimes, mas não tem direito de ter amnésia em relação à sua própria história.

Rolleberg afirma que transparência evita desvios

Waldemir Barreto/Agência Senado



Para Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), o Brasil consolida sua democracia com a Comissão da Verdade e a Lei de

Acesso à Informação. O senador defendeu a transparência para combater os desvios no regime democrático.

Rolleberg afirmou que a Comissão da Verdade é composta por gente que, a serviço de diferentes governos, sempre lutou contra abusos do Estado. Ele apoiou também a transparência nas contas públicas.

— A melhor forma de combater desvios na democracia, a corrupção, é colocar luzes, dar transparência — opinou.

Pinheiro destaca ferramenta contra a corrupção

Waldemir Barreto/Agência Senado



Walter Pinheiro (PT-BA) saudou a posse dos membros da Comissão da Verdade e a

regulamentação da Lei de Acesso à Informação, que ele classificou como uma ferramenta que garantirá serviços à cidadania e ao combate à corrupção.

O senador ressaltou que o evento teve a presença de quatro ex-presidentes da República: Luiz Inácio Lula da Silva, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor de Mello e José Sarney. Pinheiro disse que Dilma foi feliz ao lembrar a atuação política de Tancredo Neves (1910–1985) e Itamar Franco (1930–2011).

Falta de coordenação entre os diversos órgãos públicos responsáveis pelo setor ferroviário é apontado, em audiência, como um dos principais empecilhos para o desenvolvimento desse transporte no Brasil

Senadores cobram avanço das ferrovias brasileiras

BLAIRO MAGGI (PR-MT) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) defenderam ontem uma coordenação entre os diversos órgãos encarregados do setor ferroviário brasileiro para assegurar o crescimento da atividade. Em audiência pública conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloysio disse que qualquer projeto novo de expansão passa por no mínimo nove interlocutores diferentes, sem coordenação.

Blairo sugeriu um modelo semelhante ao adotado pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso no Programa Avança Brasil, quando havia gerentes encarregados da interface entre os diversos ministérios e órgãos do governo.

O presidente da CAE, Delcídio do Amaral (PT-MS), afirmou que o programa ferroviário brasileiro está "patinando", ao contrário de outros países, que estimulam esse transporte. A presidente da CI, Lúcia Vânia (PSDB-GO), anunciou que levará à Casa Civil as conclusões das audiências. Estão previstas mais duas reuniões conjuntas.



Presidente da CAE, Delcídio (3º à esq.) diz que as ferrovias "patinam" no Brasil

O presidente executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários, Rodrigo Vilaça, fez um balanço a partir do processo de desestatização, entre 1996 e 1999: 11 malhas foram concedidas à iniciativa privada, totalizando 28.366 quilômetros. Segundo ele, o que era prejuízo de R\$ 2,2 bilhões para os cofres públicos, entre 1994 e 1997, transformou-se em arrecadação de R\$ 15 bilhões mediante concessões, arrendamentos, impostos e contribuições das concessionárias, de 1997 a 2011.

Falta de concorrência

Blairo reconheceu avanços, mas advertiu que falta concorrência entre as

empresas, em prejuízo dos usuários, porque o que era monopólio estatal virou monopólio privado.

O presidente executivo da Associação Nacional dos Usuários dos Transportes de Carga, Luis Henrique Baldez, acrescentou que as tarifas são excessivamente altas pela ausência de competição. Baldez apontou ineficiência em três níveis: físico (baixa conectividade intermodal), institucional (burocracia) e regulatório (regras insuficientes ou pouco claras).

O representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres, Noboru Ofugi, disse que o novo marco deve estimular a interoperabilidade e a intermodalidade.

Marta aponta desprezo no transporte de São Paulo

Os usuários do transporte público na cidade de São Paulo sofrem um "desprezo gigantesco", nas palavras de Marta Suplicy (PT-SP). A senadora citou ontem mais de cem panes das linhas do metrô ocorridas desde 2007.

Marta disse ficar mais revoltada por saber que o atual prefeito, Gilberto Kassab, deixa R\$ 7 bilhões no banco, dinheiro que poderia ser utilizado nas

linhas do metrô. Ela protestou pelo fato de o governo do estado ter previsto investimentos de R\$ 4,5 bilhões, em 2011, para a expansão das linhas, mas ter executado apenas R\$ 1,2 bilhão.

A senadora lamentou que o acidente no metrô de São Paulo na quarta-feira, com mais de cem pessoas feridas, tenha sido causado por falha em equipamento de segurança.



Senadora lamentou que não haja investimentos no metrô da cidade

Vanessa quer ações conjuntas para preservar Amazônia

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) pediu ontem agilidade ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na análise do projeto que permitirá o compartilhamento de dados sobre o monitoramento da Floresta Amazônica com os demais países que têm o bioma.

— Para que a gente possa preservar essa importante floresta tropical, precisamos de ações conjuntas — disse.

Mineração em terras indígenas exige lei, diz Jucá

Romero Jucá (PMDB-RR) disse esperar que a Câmara reenvie ainda neste ano ao Senado projeto de sua autoria sobre mineração em áreas indígenas. O PLS 121/95 está sendo discutido por uma comissão especial.

— É fundamental que cada comunidade indígena tenha a opção de querer ou não que haja mineração em suas terras.

O projeto prevê licitações e pagamento de *royalties* ao poder público e aos índios.

Pinheiro comemora aumento do acesso à banda larga

De 2010 para 2011, a banda larga no Brasil cresceu quase 100%, segundo Walter Pinheiro (PT-BA). Ele disse ontem que, nesse período, o número de acessos subiu de 20,6 milhões para 41,1 milhões, segundo pesquisa da Consultoria Teleco. Para este ano, afirmou, a estimativa é 73 milhões de acessos em banda larga. Para 2014, a previsão é de que alcancem 124 milhões.

Pinheiro lamentou, no entanto, que o Brasil ainda ocupe a 63ª posição no ranking de domicílios com acesso à internet, entre 154 nações.

Dornelles parabeniza Dilma por declaração sobre royalties

Francisco Dornelles (PP-RJ) manifestou ontem apoio à presidente Dilma Rousseff pela decisão de manter as regras de distribuição dos *royalties* do petróleo na exploração já regulada em contratos de concessão. O senador disse, em pronunciamento, que um novo modelo de repartição deve ser focado nas áreas a serem licitadas. Para ele, não há possibilidade jurídica de se alterar as regras de distribuição dos campos que foram objeto de concessão.

Em encontro com os participantes da marcha dos prefeitos esta semana, Dilma afirmou que os contratos firmados devem ser respeitados. A presidente disse ainda que os prefeitos deveriam concentrar esforços na defi-

nição das regras que valerão para o futuro.

— Declarar o óbvio, ao contrário do que parece, é sempre uma atitude difícil. Principalmente, declarar o óbvio perante cerca de 3 mil prefeitos, dos quais alguns desejavam ouvir de Dilma o contrário, o que significaria desconsiderar princípios constitucionais que regem a divisão dos recursos dos *royalties* do petróleo — disse Dornelles.

De acordo com o parágrafo único do artigo 20 da Constituição federal, lembrou o senador, os *royalties* são uma compensação aos entes da Federação onde se localizam reservas de petróleo, gás natural e outros recursos minerais.

Presidente mostrou coragem sobre os royalties, diz Ana Rita

Ana Rita (PT-ES) também elogiou ontem a presidente Dilma Rousseff por se declarar a favor da manutenção das as regras dos *royalties* do petróleo para contratos já assinados.

— Chamou-me a atenção a coragem da nossa presidenta, expressando com profunda e cristalina honestidade uma opinião e posição a respeito de um tema polêmico, na frente de mais de 3 mil prefeitos, sem se importar em bajular e se receberia aplausos ou vaias — disse a senadora.



Senadora Ana Rita

Para Flexa, "cada vez a União arrecada mais e faz menos"

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) citou em discurso, na quarta-feira, pontos de desequilíbrio das relações federativas discutidos esta semana na marcha dos prefeitos.

— O Brasil precisa, com urgência, rever o pacto federativo. Cada vez mais, a União arrecada mais e faz menos. Concentra os recursos oriundos dos impostos, mas delega aos municípios funções que deveria exercer.

O senador também defendeu a aprovação da proposta que redistribui os *royalties* do petróleo entre todos os municípios brasileiros.



Senador Flexa Ribeiro

DIPLOMACIA

ENTREVISTA VICE-PRESIDENTE MICHEL TEMER

SÁBADO (19/05) - 12H30 / 22H30

DOMINGO (20/05) - 9H00 / 17H00

www.senado.gov.br/tv